"NATURALMENTE O COLONO DEVERÁ COOPERAR": A PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ATRASO AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA (SC)

NATURALLY THE COLONIST SUCH COOPERATE: A PRODUCTION OF THE SPEECH OF AGRICULTURAL DELAY OF ITAPIRANGA (SC)

Douglas Orestes Franzen[1]

RESUMO: O texto analisa os discursos produzidos em Itapiranga nas décadas de 1950 e 1960 acerca das condições de produção e de vida do espaço rural. Nesse sentido, analisam-se os nuances e as perspectivas desenvolvimentistas da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, da retórica veiculada na imprensa local e nas conclusões e apontamentos presentes no Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga. O objetivo é de analisar a compreensão que se criou em relação às condições do espaço rural como sendo um dos entraves ao processo desenvolvimentista decorrente de práticas consideradas atrasadas e pouco rentáveis, discurso que se insere no complexo jogo de modernização da agricultura transcorrido no período.

PALAVRAS-CHAVE: Itapiranga, modernização da agricultura, História Regional.

ABSTRACT: The paper analyzes the discourses produced in Itapiranga in the 1950s and 1960s about the conditions of production and life of the rural space. In this sense we analyze the nuances and the development all prospects of the Municipal Commission of Economic Development, the rhetoric conveyed in the local press and the conclusions and notes present in the Economic Development Report of Itapiranga. The goal is to guess the prospect that was createdregarding the conditions of the rural space as one of the obstacles to the development process arising from practices considered backward and unprofitable, a speech that falls in the complex interplay of modernization of agriculture of that period.

KEYWORDS: Itapiranga, agriculture modernization, Regional History.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta do texto é de analisar os discursos produzidos por algumas esferas sociais acerca da constatação de um aparente atraso da agricultura no município de Itapiranga, bem como apresentação dos pontos que seriam os impeditivos do que se almejava como desenvolvimento e como alicerce do progresso regional, tais como práticas de manejo e cultivo consideradas atrasadas e também modos de vida colonial vistos de forma pejorativa.

[1] Doutorando em História/UPF. Professor da Fai - Faculdades de Itapiranga. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

O objetivo é colaborar na compreensão da forma como o discurso desenvolvimentista, que foi fortemente impulsionado no Brasil nos anos 1950, adentrou na comunidade local e se proliferou alertando para os aspectos que supostamente impediam ou dificultavam o desenvolvimento local. Pretende-se analisar os discursos produzidos em relação a condição da agricultura, que fomentavam uma ideia acerca de um ideal de sujeito rural, racional e plenamente inserido no que se denominava então de agricultura moderna. Concluiremos assim, que o discurso da modernização agrícola foi violento e incisivo na formação de um novo padrão agrícola, sendo um condicionante para diversas realidades que transcorreram a partir de então, a destacar a reestruturação dos padrões produtivos locais e principalmente a formação de um estereótipo acerca do homem do campo.

Nessa perspectiva, analisaremos os discursos de três esferas que foram determinantes nesse processo. A primeira esfera refere-se aos discursos produzidos pela imprensa local através dos Jornais Oeste em Marcha, Itapiranga em Marcha e Clarinadas. A segunda refere-se aos discursos e às práticas da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, entidade representativa fundada com a emancipação de Itapiranga em 1954. A terceira são os apontamentos e conclusões do Relatório Municipal de Desenvolvimento Econômico, elaborado em 1961 por uma empresa de assessoria técnica através de um levantamento socioeconômico do município. Os sujeitos sociais que compunham essas esferas eram representados por lideranças políticas locais, comerciantes e detentores de capital de investimento, pesquisadores, estudiosos e lideranças diversas da comunidade local.

A abordagem parte da análise de documentação primária, fontes documentais e jornais de abrangência local, numa perspectiva metodológica de história regional. Mesmo que os discursos e práticas tenham se limitado, em síntese, a sujeitos locais, a conjectura do discurso de modernização e progresso insere-se numa perspectiva mais abrangente, onde, segundo Reckziegel (1999), a região constituiria uma estrutura que a difere de seu entorno, sendo suas características internas determinadas e determinantes a partir de uma relação com um todo. Mas mesmo assim, suas especificidades espaciais e temporais lhe conferem um caráter próprio e diferenciado. Dessa forma se busca compreender o sentimento acerca de um progresso que se formatou localmente, mas que esteve atrelado a uma conjuntura mais ampla.

O ENTUSIASMO DESENVOLVIMENTISTA

É importante destacar que após a Segunda Guerra Mundial disseminou-se um entusiasmo desenvolvimentista a nível global. Havia a compreensão de que através de medidas econômicas e estímulos à cooperação para o desenvolvimento o cenário de prosperidade se concretizaria. Essa constatação tornou-se de certa forma natural diante dos horrores das guerras e dos reflexos da crise de 1929 na economia global. Esse cenário de prosperidade e entusiasmo com a economia é reflexo, em grande medida, de instituições de órgãos internacionais com a capacidade de regulamentar e padronizar políticas econômicas e sociais e, claro, do sentimento de um progresso decorrente do padrão de desenvolvimento

capitalista com forte influência da política norte americana e das ideias de Keynes acerca do bem-estar social e da influência da economia nas relações geopolíticas.

No entanto, interessa-nos compreender de que forma esse entusiasmo com o desenvolvimentismo se inseriu na América Latina e consequentemente no Brasil. Obviamente temos de levar em consideração a criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão vinculado à ONU, com sede em Santiago, que aglutinou cientistas sociais e economistas no sentido de compreender a condição de um aparente subdesenvolvimento da América Latina e quais seriam as medidas necessárias para reverter esse quadro.

Aspecto que se pretende abordar é o contexto que se formatou a partir de então no sentido de discernir acerca de uma dependência econômica, aspecto que obviamente não gerou um consenso entre na Cepal e entre os governos latino americanos, mas que norteou as políticas econômicas e sociais no sentido de tirar o continente dessa condição de subdesenvolvimento.

Na compreensão de Pereira, o desenvolvimentismo pode ser sintetizado na perspectiva de que:

> 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011, 122)

Ou seja, disseminou-se a compreensão de que os países latino-americanos para sair da condição de subdesenvolvidos, modernizassem suas relações produtivas e sua base econômica fortalecendo a indústria, estabelecendo um equilíbrio cambial entre exportações e importações e integrassem o setor agrícola às metas econômicas nacionais. Para tanto, se instaurou uma série de medidas, tornando conhecido o que se denominou de Plano de Metas, como um esforço de modernização do setor produtivo e do mercado interno. Em síntese, isso representou a disseminação de um entusiasmo com as possibilidades da pujante economia brasileira.

Isso claro reflexo da condição internacional, ocorrendo um processo de readequação e reestruturação da economia, principalmente no que tange à reconstrução dos países diretamente atingidos pelo conflito e aqueles que sentiram os efeitos colaterais da sua conjuntura como também uma integração dos países considerados subdesenvolvidos numa dinâmica econômica e geopolítica global. Podemos afirmar que a partir da segunda metade da década de 1940, mais intensamente a partir da década de 1950, criaram-se dispositivos de injeção de recursos financeiros para financiamentos de projetos de desenvolvimento dos países, através da criação de instituições financeiras como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e o Fundo Monetário Internacional – FMI, por exemplo. Essa disponibilidade de recursos para financiamento de projetos e a instauração de políticas governamentais modernizantes fomentou um relativo entusiasmo econômico no Brasil, refletindo diretamente em áreas rurais.

Grande parte dos países iniciou a partir daquele período um processo de expansão da industrialização. Este processo foi orquestrado pelos países com economias planificadas, principalmente os Estados Unidos da América. Formaram-se nesse período as bases da globalização da economia mundial, através de complexos fluxos de exportações e importações, tanto de produtos industrializados, de bens de consumo e de produtos agrícolas, bem como de bens de capital.

No Brasil a discussão quanto ao processo de modernização da economia também se tornou amplo a partir da década de 1940, principalmente no que tange ao processo de industrialização, tendo como influência destacada os estudos de Celso Furtado. Isso foi possível graças à disponibilidade de bens de capital, que foram utilizados pelo Estado para o financiamento de obras de infraestrutura, implantação de indústrias de produção de bens de consumo e modernização e expansão da agricultura.

Conforme Oliveira,

> Especialmente entre 1947 e 1954, o Brasil teve a seu favor um ciclo internacional expansivo, paralelamente a uma situação de abundância de reservas internacionais. Através da utilização das grandes reservas acumuladas durante a Guerra, logo nos primeiros anos, o país passou a implementar a segunda etapa da industrialização via substituição de importações, durante a qual foram criadas diversas indústrias. No nosso país, o período que vai de 1945 até aproximadamente 1962 representa uma fase de expansão, muito embora não tenha havido um crescimento estável do PIB, o qual, todavia, apresentou uma taxa média de crescimento da ordem de 6,8% no período, taxa esta bastante satisfatória se comparada ao desempenho do resto do mundo. (OLIVEIRA, 1989, 64)

A economia brasileira começou a ser direcionada a partir da década de 1950 para um processo de modernização, principalmente do setor industrial. Nesse sentido, incentivou-se a criação de indústrias para a produção de bens de consumo no intuito de desacelerar a política de importação desses produtos para o consumo interno. Tomaram impulsos a partir de então indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de gêneros alimentícios.

Nas décadas de 1950 e 1960, havia a preocupação nacional quanto à baixa produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela existência de latifúndios e por técnicas atrasadas de produção. Por isso surgiu a necessidade de aumentar a produção agrícola para abastecer os centros urbanos desprovidos principalmente de gêneros alimentícios, como milho, feijão, arroz e derivados de carne.

Nessa conjuntura de expansão e modernização da economia nacional, merece destaque a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, no ano de 1952. Essa instituição de fomento, que mais tarde foi denominada de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criada com fundos financeiros provindos de uma política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e também com uma modesta disponibilidade de recursos nacionais.

Nos primeiros anos de funcionamento, o BNDES estabeleceu algumas prioridades para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro. Como as deficiências estavam justamente na questão da infraestrutura, os primeiros investimentos se destinaram a aparelhar portos e ferrovias, aumentar a capacidade de armazenamento, criar frigoríficos e

matadouros, elevar o potencial elétrico e desenvolver a agricultura e as indústrias de base. Enfim, se intensifica uma preocupação com a condição das regiões interioranas do Brasil, numa perspectiva de integração com a economia nacional e internacional.

Essa nova conjuntura da economia nacional teve reflexos sobre praticamente todo o território brasileiro, seja na expansão das fronteiras agrícolas, na modernização da agricultura ou diversificação e ampliação do setor industrial. Para nossa análise é vislumbrar que em Santa Catarina houve, da mesma forma, uma expansão do setor industrial e a modernização das práticas agrícolas.

Conforme Goularti Filho (2002), no Estado de Santa Catarina, a década de 1950 é caracterizada pela expansão do setor industrial, principalmente pelo estímulo à produção para o mercado interno. Nesse sentido, as agroindústrias catarinenses, principalmente no oeste do estado, passaram a se solidificar. Conforme o autor, a partir da década de 1950 já não era mais possível pensar a agricultura isoladamente, pois ela se tornou nesse período um ramo da indústria, seja pela industrialização de derivados da agricultura, seja pela inserção de equipamentos e produtos químicos nas propriedades.

Nossa análise buscará compreender em que medida e sob que perspectivas se constituíram os discursos acerca de um aparente atraso da cadeia produtiva local diante desse cenário brasileiro e internacional. Essa concepção se proliferou pelo país, atingindo inclusive a região oeste de Santa Catarina, onde destacamos a região de Itapiranga, nosso foco de análise. É a partir da ideia de atraso em relação a uma conjuntura macro, como veremos mais adiante, que a sociedade regional concebeu a necessidade de modernizar a economia local.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO, DOS SUJEITOS E DO "PROBLEMA"

A região de Itapiranga, localizada no extremo oeste catarinense, foi palco de um processo de colonização iniciado em 1926, sob coordenação da Sociedade União Popular, conhecida como *Volksverein*. O município emancipou-se de Chapecó em 1954, englobando a região que corresponde atualmente aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como algumas faixas de terra dos municípios de Iporã do Oeste e Mondaí.

Idealizada para ser uma colonização de caráter étnico e confessional, sendo um dos requisitos para a compra de lotes coloniais a ascendência alemã e católica, a colônia alicerçou-se com basena formação de propriedades agrícolas de pequeno porte, em média de 25 hectares, que se desenvolveram sobre os alicerces da mão de obra familiar e da produção de cultivos para a comercialização e consumo do grupo familiar. A atividade econômica preponderante esteve vinculada à produção agrícola, seja pela comercialização dos produtos agrícolas, seja pelo fornecimento de matéria prima as tímidas iniciativas manufatureiras, bem como de produtos de consumo humano. O modesto desenvolvimento da atividade industrial e fabril esteve nas três primeiras décadas limitada basicamente à atividade madeireira, e também à fabricação de produtos de utilidade humana ou necessários para

prática agrícola. Fumo e banha eram dois produtos de considerável valor comercial, mas que somados a outros produtos de valor simbólico e financeiro constituíam uma cadeia produtiva considerável do ponto de vista financeiro.

Ao longo das três primeiras décadas de colonização a atividade agrícola esteve relacionada à expansão das zonas de cultivo, com a derrubada da mata para a abertura de novas frentes de produção. O modelo extensivo e deficitariamente sustentável, típicos das novas colonizações, era o aspecto determinante da prática agrícola, em que a concepção de excesso e exuberância da riqueza natural foi um dos aspectos que norteou a atividade durante o período. A relação homem e meio, sujeito e natureza, era determinada pela sazonalidade dos ciclos de colheita, e quando ocorria uma ruptura dessa relação, como uma seca ou excesso de chuva, ou até mesmo a ação de insetos e doenças que afetavam os animais e as plantações, ocorria relativa crise nessa relação, que a nosso ver, na maior parte do tempo tendia a ser harmoniosa, visto a capacidade de adequação das relações humanas com o meio, o aprimoramento de uma técnica produtiva ou até mesmo a adaptação dos espaços naturais a novos condicionantes.

As práticas agrícolas eram determinadas basicamente pelos ensinamentos que se acumulavam e eram transmitidos pelas gerações, sendo que a propriedade era um espaço de recriação de saberes, adequações espaço-temporais que caracterizaram uma atividade condicionada pelas estruturas naturais. Nesse sentido, diversas práticas se perpetuavam como técnicas comuns, como a queimada da roça, por exemplo, atividade antiga que Roche (1969) já relacionava à escassez do potencial produtivo das colônias agrícolas do Sul do Brasil.

As variedades produzidas, como o milho, por exemplo, tendiam a se tornar deficientes com o passar das colheitas principalmente pelo empobrecimento do solo, condicionado a inúmeras colheitas sem uma devida atenção quanto à sustentabilidade. O manejo de animais, como os suínos, estava alicerçado na comercialização de um dos poucos produtos de valor comercial para os primeiros anos da colônia: a banha. Sabemos que a produção da banha necessitava de uma técnica que estimulasse os suínos a adquirir a maior quantidade possível de peso, e, para tanto, o manejo e a alimentação desses animais respeitavam a um manejo para atingir tais fins.

A concepção acerca das condições de vida e de trabalho do colono, no sentido de difundir novas práticas e prestar assistência visando à continuidade da atividade, já era uma prática que vinha de longa data. No final do século XIX, com a realização dos Congressos Católicos, por exemplo, onde, segundo Werle (2006), buscava-se difundir discursos e práticas acerca da atividade agrícola praticada nas propriedades rurais das colônias, eram temas recorrentes aspectos como queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural.

Em Itapiranga, o primeiro Congresso Católico foi organizado em 1934, tendo a participação de em torno de 2.000 pessoas durante os quatro dias do evento. Desse Congresso,

destacamos as discussões referentes a indissolubilidade do casamento, os futuros homens, a beleza de uma virtuosa sexualidade, a força da fé dos santos mártires, a fortificação da fé entre os colonos, conjuntura da agricultura no período, questões de saúde mental e corporal, fontes de ameaça contra a fé e o bem estar do corpo e da alma das pessoas do interior, a falsa economia na educação e na leitura, fidelidade à cultura, à fé e ao modo de viver dos antepassados (WERLE, 2006).

Nessa perspectiva é importante vislumbrar de que o discurso é um processo vinculado a uma intencionalidade de verdade, ou seja, um padrão que busca se constituir através de práticas e posturas acerca de uma realidade almejada. Foucault compreende o discurso da produção da verdade como uma intencionalidade de poder, entendendo que *"temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas"* (FOUCAULT, 1979:180). Portanto, a produção do discurso de um atraso no setor agrícola como elemento bloqueador de um progresso ou de um avanço, partiu de uma perspectiva de uma intencionalidade de verdade.

É preciso destacar que a agricultura nas regiões coloniais do Sul do Brasil, foi motivo de diversos questionamentos e debates desde o século XIX acerca de práticas e manejos adequados, esgotamento do solo, racionalização da produção, geração de lucros e aumento da produtividade. Isso fica claro na nos estudos de Roche (1969), Neumann (2009) e Werle (2006). Na visão de Roche (1969), o esgotamento do solo era o pesadelo de qualquer colônia, por se tratar obviamente de um empreendimento que deveria prosperar e para evitar a emigração e o esvaziamento das regiões coloniais era necessário pensar alternativas de agricultura mais rentáveis e que tivessem uma preocupação com o esgotamento do modelo produtivo.

Ou seja, não era nenhuma novidade em grande parte das colônias agrícolas do Sul do Brasil esse desejo de modernizar ou racionalizar as relações produtivas na agricultura. O que queremos destacar é de que a partir da década de 1950 esse processo passou a ser mais incisivo e se vinculou a uma conjectura mais ampla.

A partir da década de 1950, como um alinhamento a uma tendência brasileira de desenvolvimentismo, quando o espaço agrícola e o interior do país adentraram de forma mais efetiva no rol de preocupações do Estado brasileiro como um setor "atrasado" e "carente" de políticas públicas, é que mais agentes adotam o discurso da necessidade de "desenvolver" o campo. Todo esse processo se vincula ao que convencionou chamar de Revolução Verde. Em Itapiranga, isso começa a ficar mais evidente com a emancipação do município em 1954.

E é nessa perspectiva que o texto procura contribuir, para compreender os discursos construídos acerca de um aparente "atraso" do homem agrícola e das suas técnicas de produção. As condições de vida e de trabalho no espaço agrícola passaram então a ser um foco das atenções dos sujeitos locais na perspectiva da promoção do que se imaginava ser o progresso e o desenvolvimento. Ou seja, era necessário criar alternativas para a região para fazer frente a um modelo considerado rústico sob um padrão produtivo decadente, com vistas à formação de um novo modelo agrícola. Esse modelo refletiu a tendência

brasileira de modernização e integração da agricultura à economia nacional, aspecto que Silva (1981) considera ter sido um processo doloroso e condicionante de novos paradigmas produtivos das fronteiras agrícolas do país.

A AGRICULTURA TRADICIONAL

Para fins de compreensão acreditamos ser necessária uma reflexão acerca da agricultura tradicional, ou seja, ao modelo produtivo que se caracteriza como uma condição pré-moderna, ou seja, o período que antecede ao processo modernizador verificado a partir da década de 1950. Não é possível estabelecer um marco divisório entre o que se compreende como agricultura tradicional e agricultura moderna, visto que esses dois elementos se fundem e compõe o cenário agrícola seja através de práticas, de mentalidades, de estrutura, de cadeias produtivas, de conhecimento e compreensão do espaço e do tempo. Mas para fins de análise, vamos estabelecer aqui um padrão de agricultura que caracterizou a região de Itapiranga antes do processo modernizador da década de 1950/1960/1970. Essa análise nos ajuda a elucidar sob que bases se fortalece e se baseia o discurso modernizador a qual pretendemos analisar.

Há na atividade daagricultura reciprocidades e lógicas que caracterizam a atividade no dia a dia. Diversos autores trabalham essas reciprocidades como elementos essenciais para entender a subjetividade do trabalhador do campo e sua relação com o meio. Nesse sentido, o tripé deus-homem-terra é utilizado no texto de Ellen Woortmann, e representa, conforme a autora, *"numa relação de reciprocidade entre os três polos daquele triângulo"* (WOORTMANN, 2009, 119). Poderíamos também utilizar do tripé terra-salário-família, proposto no estudo de Tedesco nas colônias italianas do Rio Grande do Sul (TEDESCO, 1998).

Essa reciprocidade entre as esferas fica mais evidente na prática da agricultura tradicional, ou seja, aquela atividade desprovida totalmente, ou em parte, de agentes externos e tecnológicos mais modernos, como produtos químicos, máquinas e tecnologias modernas. Conforme Woortmann (2009), o trabalho do colono denota respeito com a terra, com aquilo que ela pode oferecer e em especial os alimentos que ela é capaz de produzir. Em contrapartida, o trabalho da terra é receber a semente, fazer nascer e crescer a planta. O trabalho de Deus seria o de oferecer chuvas e um clima adequado, não castigando a Terra e o trabalho do Homem.

> Tem-se, portanto, como que uma "humanização" da natureza, uma concepção "etno-ecológica holista". O homem deve saber que a terra "precisa ser bem tratada", do que resulta uma forma de reciprocidade positiva. Mas, se o homem desgastar a terra, não a deixando "descansar quando ela precisa" ou não der "a vitamina que ela necessita", ela se tornará estéril; ela "se vingará" não o provendo de alimentos e, por conseguinte, deixando sua família em situação de "precisão". (WOORTMANN, 2009, 120)

Essa concepção de reciprocidade é fundamental para a concepção de como se estrutura uma propriedade na agricultura tradicional. A propriedade precisa funcionar em certa harmonia, pois um elemento depende necessariamente do outro. Quando algum componente

falhar, ou não desempenhar adequadamente sua função, fato que Woortmann (2009) denominou de consorciamento, quebra-se um ciclo do modelo produtivo da propriedade.

Assim, quando as chuvas não são regulares, as plantas não se desenvolvem adequadamente, e, consequentemente, a colheita não é boa. Nesse sentido, é afetado um ciclo, pois é afetada a alimentação da família e dos animais da propriedade. Como consequência da má colheita, é afetado também o excedente para a comercialização, o que configura pouca renda, consequentemente, a sua autoestima perante a família e a sociedade, pois ele não possui potencial de investimento e compra de utilidades para a propriedade, como roupas, alimentos e utensílios.

Na concepção de Chayanov, o produto resultante do trabalho do colono num ano ou numa colheita é determinante para a sua satisfação perante a atividade. Conforme o autor,

> o grau de auto exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, e em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. (CHAYANOV, 1981, 138)

O esforço despendido por cada elemento do grupo familiar durante um ano de trabalho é medido no final da colheita, através do resultado que foi obtido. Então, quando a colheita é boa, a satisfação do agricultor é medida pela intensidade e penosidade com que ele trabalhou na lavoura. Contrariamente, quando o resultado da colheita não é bom, há a sensação de castigo divino, ou a concepção de que não houve integral dedicação no trabalho efetuado. A noção de castigo de Deus afeta o tripé que foi anteriormente discutido nas ideias de Woortmann (2009), ou seja, quando Deus manda algum castigo, através de uma seca ou de alguma peste que afetou a colheita.

Contrariamente, a intervenção divina também é vista pelo colono como a salvação de um momento de dificuldade na colheita. Como exemplo na colonização de Itapiranga, temos o ano de 1933, quando a região sofreu com um inverno rigoroso, uma seca prolongada e ainda com o ataque de gafanhotos que danificaram as plantações. Quanto a esse ano, Maria Rohde, esposa do diretor da Colonização, escreve em suas memórias uma espécie de agradecimento a Deus por ter auxiliado os colonos na salvação da colheita daquele ano:

> Na época que fomos atacados pelos gafanhotos, iniciou-se também, um período de seca prolongada, mas que agora prometia acabar com a benção molhada que vinha do céu. Isso permitiu que os agricultores voltassem suas esperanças de ganho para uma nova semeadura. E mais uma vez se evidenciou: "onde a necessidade é maior, Deus está mais próximo." Sempre de novo era assim, nas épocas de maior desânimo. Essa segunda colheita foi magnífica, apesar da geada, seca, gafanhotos e outras pragas. (ROHDE, 2011, 187)

Na concepção de Jungblut (2000), podemos caracterizar em traços gerais a agricultura tradicional praticada pelos colonos. Conforme o autor, as terras eram naturalmente férteis, o que inicialmente gerou boas colheitas. O colono trabalhava com instrumentos que exigiam muito esforço físico, como enxada, foice, arado de tração animal, máquina

manual de plantar cereais, carroça, geralmente possuía uma junta de bois e um cavalo. Plantava-se milho comum com semente não controlada, e os alimentos que eram comumente utilizados para a alimentação da família e dos animais. De valor comercial significativo, somente o fumo e a banha.

Aos olhos dos padrões modernos, tecnificados e racionalizados do cenário das décadas de 1950 e 1960, obviamente que a agricultura tradicional era vista como atrasada, pouco produtiva, desvinculada das novas exigências produtivas e de mercado e dos desejos desenvolvimentistas e progressistas do cenário brasileiro e global. Temos sempre de ter presente de que essa compreensão foi produzida com intencionalidades e variantes que caracterizaram o processo de modernização da agricultura no Brasil.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diante da realidade do município de Itapiranga na década de 1950, lideranças locais iniciaram discussões para buscar alternativas econômicas e sociais com a intenção de promover o que se imaginava como o desenvolvimento ideal de Itapiranga. Essa dinâmica ficou mais aparente a partir da emancipação do município em 1954 e de alguns avanços em infraestrutura, como estradas e energia elétrica, por exemplo. Nesse sentido, formou-se a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – Comude, caracterizando-se como uma composição de lideranças regionais *"com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população."* (HAHN, 2005, p. 65)

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico foi uma entidade representativa dos diversos segmentos da sociedade: indústria, comércio, agricultura e administração pública. A Comude nasceu basicamente como consequência do Plano Econômico idealizado pela Administração Municipal de Itapiranga no ano de 1960. A Comissão se reunia regularmente para discutir ações de desenvolvimento econômico e social, tendo contato direto com agências de fomento e lideranças políticas estaduais. As medidas tomadas visando o desenvolvimento da região de Itapiranga a partir da década de 1960 foram praticamente todas elas idealizadas pela Comude. Era sua função decidir quais eram os setores estratégicos ou deficientes que necessitavam de investimentos, e acima de tudo, estimular a sociedade regional a participar ativamente da execução dos projetos que seriam postos em prática.

Na ata da reunião da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, datada de 30 de outubro de 1963, está registrada a vinda de um veterinário da Alemanha Ocidental para trabalhar em Itapiranga. Na mesma ata consta que foram discutidos assuntos referentes aos auxílios financeiros destinados a Cooperativa Laticínios Itapiranga e também da necessidade de melhoria da estrutura telefônica do município de Itapiranga. (COMUDE, 1963)

No entanto, é preciso ter claro que a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico surgiu também por uma exigência da Instituição de cooperação da Alemanha,

a *Misereor*, que foi grande incentivadora e financiadora dos projetos de desenvolvimento de Itapiranga. Os membros da Comude conheciam os setores que aparentemente tinham maior deficiência, tendo um contato direto com os diversos segmentos da sociedade, pois se tratava de uma entidade representativa. Como podemos perceber em fragmento de jornal local do ano de 1962, a Comude atuava em diversos segmentos da economia:

> A Comissão Municipal de Desenvolvimento, pelo seu secretário geral, nos informa que na segunda quinzena de setembro virão técnicos da firma Pearson, para dar combate à verminose em nosso município. Farão 35 a 40 demonstrações gratuitas, ou seja, mais ou menos uma em cada linha. É mais um empreendimento resultante do Planejamento feito por técnicos para o nosso município. Pedimos, pois, que os colonos se interessem para que possamos eliminar esta doença entre nossas criações. (ITAPIRANGA EM MARCHA, 31 DE AGOSTO DE 1962, p. 1)

Sobre a questão da construção de um frigorífico as lideranças locais, principalmente da classe empresarial, já sentiam no final da década de 1950 a necessidade ou a possibilidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Isso era uma questão que parecia bastante óbvia na época se formos analisar a logística de engorda e abate de suínos, pois a região era uma grande produtora de suínos e a grande maioria dessa produção era levada para frigoríficos distantes para serem abatidos. Esse elemento é muito importante pois revela uma condição de cadeia produtiva predecessora do projeto modernizador das décadas de 1950 e 1960, ou seja, já existia um potencial produtivo e uma disponibilidade de capital para alavancar um projeto mais ambicioso de modernização das relações produtivas locais.

Em artigo assinado por Heinrich Lenz, membro da Comude, já podemos perceber o debate da sociedade regional quanto à necessidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Intitulado "*Wir bauen unser Schlachthaus*", ou, nós construiremos nosso frigorífico, onde o autor relata uma reunião realizada com a presença de lideranças regionais, pedindo para a comunidade regional esquecer as desavenças do passado e se unir nesse projeto que segundo ele, seria um desejo antigo da região. (LENZ, 1961, p. 64)

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A IMPRENSA LOCAL

O discurso acerca da necessidade da modernização da agricultura e das condições de vida do colono em Itapiranga estiveram evidentes na imprensa local nas décadas de 1950 e 1960. A impressão que temos é de que as lideranças do projeto de colonização de Itapiranga e principalmente a sociedade urbana e empresarial viam o colono numa condição de atraso, falta de conhecimento e higiene na propriedade rural. Esse discurso fora assimilado pelas lideranças políticas e comerciais locais diante de um cenário mais amplo, a nível de Brasil e de Santa Catarina, que, segundo Balsan (2006), evidenciava a necessidade da agricultura aprimorar seus padrões produtivos, mesmo que esse processo afetaria as relações de produção como também os recursos naturais.

Devemos considerar o discurso da imprensa a partir de uma intencionalidade inserida no seu contexto histórico, o que em termos metodológicos e de análise para um estudo

historiográfico, de acordo com Silva e Franco (2010), remete a compreender os sujeitos no seu tempo e no seu espaço político e ideológico da sociedade.

E essa visão se tornou corriqueira nos meios de imprensa, em artigos e entrevistas que exaltavam a necessidade de se modernizar as técnicas de trabalho e de também melhorar as condições de vida na propriedade. Nos artigos referentes à modernização da prática agrícola, percebemos o incentivo à utilização de produtos químicos, por exemplo.

Em artigo publicado por João Albino Both, funcionário da Sociedade União Popular e defensor do ruralismo, do cooperativismo e da promoção cultural nas colônias alemãs do Sul do Brasil, percebemos a concepção que se arraigava em comparativo feito entre os colonos do Brasil em relação aos da Alemanha:

> O que cai em vista, realmente, é que lá se trabalha. Constata-se, por outro lado, que o povo se encontra intelectualmente preparado para tanto [...] O cooperativismo é algo de extraordinário. O sistema de cooperativas de crédito, financiamento, produção e consumo funciona mesmo! Não é como aqui, entre nós, onde infelizmente o cooperativismo está tão desacreditado. Tais informações nos deixam perplexos em face do nosso sistema primário de produção. Temos que ter presente, antes de tudo, que a Alemanha conta com uma experiência de muitos séculos mais do que nós. E, apesar das guerras que a atingiram, levantou-se, graças a uma cultura já estabilizada e profundamente arraigada na raça. Antes de nos ser motivo de desânimo, seja-nos um exemplo de coragem e iniciativa. Com fé e esperança também chegaremos aonde eles já estão. (BOTH, 1963, 02)

A expressão discursiva presente no fragmento acima, quando remete a outro país, no caso a Alemanha, busca construir parâmetros entres duas situações, que, segundo o autor encontravam-se distintas. Enquanto que na Alemanha apresentava-se uma "cultura estabilizada e profundamente arraigada na raça", em Itapiranga coexistiriam as concepções de atraso técnico e cultural. Isso parecia bastante alarmante para o autor do artigo, partindo do pressuposto de que em Itapiranga viviam descendentes de alemães.

No artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, o tema era o combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. O texto apresentava diversas medidas a serem tomadas para combater essa praga que supostamente infestava a região. Dentre as medidas apresentadas, sugeriu-se a pulverização das paredes, janelas e partes internas das moradias com produto químico conhecido como Mafu. Outra medida sugerida é o tratamento do esterco com produtos químicos, como o Dipterex.

Na criação de porcos também se sugeriu a aplicação de produtos químicos como os superfosfatos para melhorar o manejo dos animais. Conforme o artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, a prática já vinha sendo desenvolvida em países da Europa, sendo o superfosfato um dos elementos de saúde e higiene dos suínos, diminuindo a incidência de canibalismo, o que resultaria em animais mais alegres. (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962)

Em artigo publicado no Jornal Clarinadas de 15 de junho de 1958, vemos o apelo no sentido de urgentemente promover a industrialização e a modernização da agricultura de Itapiranga. Trechos do texto nos dão uma compreensão melhor desta análise feita pelo autor no período:

> Para nós, já ambientados num mundo um pouco diferente daquele que nos viu nascer, parece-nos ingente necessidade a atualização do espírito dominante em nosso meio. É preciso tirar nossa cidade da redoma que a asfixia e isola do resto do mundo, retendo-nos na realidade que já devera ser antiquada na época de nossos bisavós. Somos pela industrialização de Itapiranga, pela modernização de seus métodos agrícolas, pela atualização do pensamento que norteia nosso povo. Não nos parece justo que quando o mundo já se prepara para viagens siderais nós ainda vivamos à maneira do século passado. Quando na agricultura o mundo inteiro aderiu à cultura racionalizada, ao emprego de adubos e fertilizantes, ao uso de máquinas agrícolas, em nossa colônia ainda é o braço humano e o boi que revolvem a terra. E quando todo o Brasil sabe que a queima das matas é prejudicial à terra, em Itapiranga se preparam as roças com fogo [...] No momento em que o mundo atingiu o quarto período de sua evolução agrícola nós ainda estamos no segundo, qual seja o do emprego da enxada como principal objeto de trabalho do nosso lavoureiro. (SCHWENGBER, 1958, p. 5)

Percebemos que o autor do artigo é enfático ao argumentar sobre o atraso da economia e das práticas agrícolas. Ao afirmar que é preciso retirar Itapiranga da redoma, o autor apela para o fim das barreiras que atrasavam a economia local. Como solução, o artigo aponta algumas alternativas:

> Naturalmente o colono deverá colaborar. Ele não pode persistir teimosamente na afirmativa de que seu avô, usando os métodos que ele está empregando, foi muito bem, e estribado nisso, negar-se a adotar sistemas e processos modernos. É necessário convencê-los disso, principalmente a nova geração. A nossa indústria, se é que já podemos considerar tal, é a mesma que a Europa viu há duzentos anos atrás, na época obsoleta dos burgos, ou quiçá, já nos feudos. [...] O que não há é iniciativa, é coragem para um empreendimento de envergadura. A industrialização de suínos, cuja criação seria ainda mais incentivada e aumentada com a instalação de um moderno frigorífico é uma necessidade que se impõem. [...] Por que permitir que a nossa produção de leite e os nossos suínos sejam industrializados no Rio Grande? Não seria melhor que o fossem aqui mesmo? (SCHWENGBER, 1958, 5)

Em outra reportagem publicada no Jornal Itapiranga em Marcha, percebemos um depoimento da necessidade do povo itapiranguense pensar o futuro da região, numa referência à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico como entidade representativa responsável por planejar as ações socioeconômicas necessárias para o progresso de Itapiranga:

> Nos últimos 10 anos a população do Brasil duplicou. [...] Li com prazer nos últimos números de "Itapiranga em Marcha", o progresso que se vai registrando nessa cidade. Itapiranga tem um futuro à vista, que os itapiranguenses desconhecem. Dentro de poucos anos poderá ser conhecida em toda a nação por cidade de fronteira e de amplos recursos ainda não explorados. Nos últimos 4 anos como o pensamento do povo tem mudado! Que será quando em breve as casas tiverem televisão? [...] O marco do progresso será sem dúvida a Comude, favorecida por empréstimos provindos da Alemanha. É preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, quer financeiramente, quer de ânimo e serviçal. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados. (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962, p. 1)

Percebemos o apelo da necessidade da população, de maneira geral, abraçar a ideia do desenvolvimento. Temos que ter presente de que a partir da emancipação de Itapiranga, mas mais precisamente a partir do final da década de 1950, criou-se uma atmosfera de um ideal de progresso para Itapiranga e mesmo esse progresso não sendo construído pelo povo

para o povo, como ilustra o depoimento, ele poderia ser idealizado e posto em prática por vias externas.

Em artigo de autoria de Vitor Reis, publicado no Jornal Oeste em Marcha de 1963, percebemos mais um apelo ao povo de Itapiranga quanto à necessidade de progredir até mesmo com a construção de uma sociedade recreativa, a exemplo do frigorífico que estava em fase de construção:

> Nesta etapa em que podemos acreditar na construção de um moderníssimo frigorífico em Itapiranga, que terá tudo de moderno, até o grito do porco será sufocado em nossa exemplar indústria por um choque elétrico. Nesta época em que queremos dar nosso brado de independência econômica. Nesta encruzilhada em que ou progredimos ou retrocedemos. Justamente nesta situação em que nos encontramos, é a última hora de construirmos algo que nos represente. Esta hora é a de construirmos a nossa Sociedade com S maiúsculo. [...] Avante. Não vacile. Para a frente! (REIS, 1963, p. 1)

A pergunta que cabe no momento é: como o colono reagia ao ler os jornais, ouvir ao rádio ou conversar com lideranças sobre a necessidade da modernização e a mudança das práticas agrícolas em sua propriedade? Depois de anos praticando uma agricultura ensinada pelos seus pais e herdada de seus antepassados, como proceder diante dessas inovações que estavam surgindo? Como ele concebia esse ideal de progresso idealizado naquele período?

No fragmento acima, o autor fala de uma encruzilhada onde Itapiranga deveria optar entre progredir ou retroceder. Mas o que representava no período progredir ou retroceder? Será que esse não era um questionamento feito unicamente por determinadas pessoas ou classes sociais diretamente interessadas na modernização da economia regional? Será que o colono estava realmente consciente de sua condição? Ele se concebia como atrasado? As práticas agrícolas na visão do colono eram atrasadas? Qual era a referência para a construção da noção de atraso?

De que forma essas novidades que surgiam na agricultura adentravam na propriedade? De que forma alteraram as relações de trabalho? Como as gerações mais novas conviviam na propriedade? São questionamentos que precisam ser levantados para que não generalizemos a ideia de que o ideal de desenvolvimento e progresso que se alastrava impulsionado principalmente pela expansão da economia brasileira e catarinense no período nasceu de forma espontânea em toda a sociedade itapiranguense. Não é nosso objetivo analisar a forma como transcorreu esse processo, há uma vasta literatura que analisa esse processo como Strieder (2000), Hoppe (2009) e Eidt (1999), mas queremos destacar de a produção desse discurso foi agressivo e consistente e nos leva a concluir, pela sua intensidade, de que atingiu de forma considerável a sociedade local.

Entendemos que o discurso produzido localmente esteve inserido numa lógica mais complexa, que afetou incisivamente o Estado de Santa Catarina nas décadas de 1950 e 1960, visto que o estado passou a ser concebido como fornecedor de matéria prima para os centros urbanos e industriais que se desenvolviam no Brasil. Esse contexto ficou ainda mais evidente na região oeste do estado, onde a produção agrícola e a formação dos complexos agroindustriais estruturaram novos padrões produtivos e nessa lógica, era

necessário que o agricultor assimilasse o conceito de modernização e de desenvolvimento almejado. Nesse sentido, os discursos eram direcionados ao homem do campo, pois ele representava um elo importante dessa cadeia produtiva.

Em Itapiranga, esse discurso progressista e desenvolvimentista ganhou eco e a imprensa representou um catalizador nesse sentido, como podemos perceber no seguinte texto: *"O progresso de Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados."* (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962 n.º 82, p. 1)

O RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA

A Instituição alemã *Misereor,* entidade de cooperação econômica disposta a financiar projetos de desenvolvimento socioeconômico, enviava regularmente a Itapiranga recursos financeiros para prospecção de atividades locais de desenvolvimento. No entanto, em decisão conjunta com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, ficou decidido que era necessário realizar um levantamento socioeconômico que apontasse realidades, deficiências, potencialidades e possibilidades regionais no que tange a um processo de desenvolvimento econômico e social em longo prazo. Essa não foi uma constatação que surgiu a nível local, foi estimulada pela própria Misereor em parceria com instituições brasileiras que intermediavam projetos de desenvolvimento em parceria com agência de cooperação internacional. Não se pode imaginar que a comunidade local por si só tenha despertado para esse projeto modernizador, sempre houve estímulos externos aliados a interesses locais.

Nesse sentido, foi contratada uma empresa especializada em planejamento estratégico para realizar um estudo englobando dados geográficos, econômicos e sociais de Itapiranga. A Agro e Hidro Técnica S.A., localizada em São Paulo, era vinculada à empresa alemã *Agrar undHydrotechnik* com sede em *Essen*, que em parceria com o Instituto Misereor, desenvolvia projetos de fomento econômico e social em diversos países.

É preciso destacar que o estudo de levantamento socioeconômico elaborado pela empresa Agro e Hidro Técnica S.A. não revelou muitas novidades para as lideranças locais, somente fortaleceu e confirmou aspectos que já eram de conhecimento de muitos. A necessidade da construção de um frigorífico em Itapiranga, por exemplo, já era uma aspiração antiga de alguns segmentos da sociedade itapiranguense, como vimos anteriormente, visto a grande produção de suínos na região e a complexa logística de transporte e abate dessa matéria prima. Tanto é que, já em novembro de 1961, fora instituída em Itapiranga uma Comissão Provisória vistas à instalação de um frigorífico na região, muito antes da conclusão do estudo técnico.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a apontar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Esse levantamento

socioeconômico representou um estudo abrangente, englobando desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local.

Em artigo publicado em jornal de Itapiranga, Gabriel Keglewich, então diretor da Empresa Agro e Hidro Técnica, argumentava ser necessário sensibilizar as instituições de fomento da Alemanha com dados estatísticos e argumentos de que era preciso melhorar as condições de vida da população de Itapiranga. Conforme Keglewich, *"necessitamos comprovar com dados e argumentos sólidos a viabilidade destes projetos. Todos os habitantes da antiga Colônia de Porto Novo estão incluídos neste plano."* (KEGLEVICH, 1962, p. 1)

Nas análises que faremos na sequência acerca do referido Relatório, percebemos a insistência em comprovar com dados estatísticos a aparente condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta que havia a intenção de sensibilizar as autoridades alemãs e também brasileiras da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento em Itapiranga.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico apresenta inicialmente uma radiografia das condições de Itapiranga no ano de 1962, englobando aspectos como orografia, hidrografia, elementos meteorológicos, clima e revestimento florístico. Esses dados não interessam necessariamente para a presente análise, por isso não os detalharemos conforme são abordados no documento.

Somente destacamos um fragmento do documento que aborda o aspecto do relevo. Conforme o Relatório, em Itapiranga o solo pode ser classificado em categorias, a destacar os vales, as ladeiras com declives suaves, as ladeiras com declives acentuados, inclinações íngremes e rochosas. O estudo aponta que, apesar da atividade agrícola ser desenvolvida em maioria nas duas primeiras categorias, nos últimos anos, "lamentavelmente", a região estaria iniciando, devido ao aumento da população e a vontade de aumentar a produção, o cultivo nos espaços com declives acentuados. Essa conclusão nos é muito pertinente, pois comprova que no final da década de 1950 a agricultura estava sendo praticada de forma extensiva em Itapiranga. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962)

Em relação aos dados demográficos, o Relatório aponta uma população no ano de 1962 de 14.468 habitantes, com uma densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação à distribuição etária da população, o estudo aponta o baixo percentual da população (14%) com idade entre 14 e 21 anos, se comparado ao percentual com idade mais tenra, como até 6 anos de idade (26,7%) e de 6 até 14 anos (23,8%). O Relatório conclui sobre este aspecto que,

> Encontramos este fenômeno na fuga *(grifo original)* da juventude da sua terra natal devido ás dificuldades de evolução e progresso. A baixíssima porcentagem (2%) da classe acima de 50 anos de idade demonstra não só o desgaste físico resultante do trabalho penoso e primitivo na roça, mas também a falta de higiene. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 6)

Conforme a distribuição por sexo, no ano de 1962 a população era composta de 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. O texto aponta um desequilíbrio na faixa etária de 14 a 21 anos, onde haveria 12% a mais de homens. O estudo conclui que a razão deste

fenômeno encontrar-se-ia na maior fuga das moças das atividades agrícolas, que seriam mais penosas nas suas formas primitivas para o físico e o espírito feminino.

Em relação à questão da formação educacional, apesar dos altos índices de educação básica, o estudo destaca a baixa porcentagem (1,7%) da população que teria uma formação profissional sendo um dos maiores males da população. *"Este fato alarmante comprova a estagnação, se não o retrocesso em comparação com a formação cultural dos chefes de família. Falta completamente o ensino profissional"* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 7). Com base nesta conclusão, inicia na década de 1960 a discussão quanto à necessidade da construção de uma escola técnica profissionalizante na área da agricultura.

No quesito acesso à informação, o estudo aponta que grande parcela da população teria acesso a livros em suas residências, principalmente de cunho religioso. Destacamos o quesito da leitura de jornais e revistas, sendo que 51,9% da população leriam jornais ao menos cinco vezes por mês. Este dado é muito interessante para o nosso estudo, pois os jornais locais foram utilizados para levar ao agricultor, através de artigos e reportagens, o discurso da necessidade da modernização das atividades agrícolas.

A distribuição da população quanto à atividade econômica aponta que a predominância é do setor da agricultura, englobando 82,78% da população economicamente independente. Estranhamente o estudo conclui que essa realidade é caracterizante, e reuniria todos os problemas de ordem econômica-social da região. Ou seja, com base nos apontamentos do estudo, as condições de vida e trabalho da maioria da população supostamente agrícola seriam as causas do atraso social da população.

Dos 17,2% das demais atividades econômicas, destaca-se o magistério representando no período 3,6% da população economicamente ativa. Conforme o estudo, é ressaltante a quase ausência da atividade industrial, apontando também que 44% da população era economicamente ativa, o que refletiria a laboriosidade da população. O estudo aponta também a ocupação de menores de idade nas unidades agrícolas e a falta de previdência social.

Em relação à distribuição da população, o estudo aponta que 25,3% da população vivia no espaço urbano (cidade de Itapiranga e vilas de São João, Sede Capela e Tunas), e 76,7% da população vivia no espaço rural.

Para finalizar o aspecto socioeconômico, o estudo concluiu que a maioria da população de Itapiranga vivia da agricultura em pequena escala com condições precárias, em condições do que se denominou de "isolamento" da cultura e da civilização, formatando o que se concebeu como um grupo consciente de sua condição social e econômica, *"porém com a capacidade econômica atual esgotada. Os conhecimentos e métodos aplicados na exploração da terra são desatualizados, irracionais e faltaria uma orientação."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 15). Esse aspecto revela um posicionamento parcial do estudo, visto que anteriormente se afirmara que 51% da população lia com frequência a um jornal e afirmar que a população vivia de forma "isolada" em termos culturais remete a uma interpretação ambígua.

Nesse sentido, ganharam força os Clubes Agrícolas e os Clubes de Senhoras, que discutiam entre seus integrantes hábitos de higiene e limpeza, boa alimentação, cultivo de hortas e campanhas educativas. Esses núcleos geraram, a partir de 1971, os Clubes 4-S, estimulados pela Acaresc, entidade vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina, que juntos incentivaram a introdução de novas técnicas agrícolas e a formação dos trabalhadores rurais, desde a prática agrícola, até os costumes do cotidiano.

Segundo as conclusões discriminadas no Relatório, a formação de novos capitais era altamente prejudicada devido à inflação e ao alto custo da produção. Detectado o aumento das necessidades humanas, o crescimento da população e a lei da divisão do trabalho, o estudo aponta que não se permite mais a concentração das forças produtivas exclusivamente no setor primário.

A densidade demográfica da população de Itapiranga no período era maior que a do Estado de Santa Catarina e três vezes superior à do país. Conforme o Relatório, o crescimento populacional exigiria providências imediatas para a alocação da juventude excedente, que não encontra mais a sua existência assegurada dentro do município, o que ocasionaria um êxodo para outras regiões, terminando estes migrantes atraídos pelos centros industriais *"sem conhecimentos profissionais",* onde *"encontram a semi-miséria dos salários mínimos, e ficam à mercê das ideologias extremistas."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 17)

Essa afirmação nos é muito reveladora, pois, quando o Relatório aponta que uma parcela das pessoas que abandonam a região para morar em centros industriais ficando à mercê dos baixos salários e das ideologias extremistas, podemos compreender que o discurso exaltado no Relatório de Desenvolvimento Econômico era direcionado justamente para sensibilizar instituições de caráter ideológico. Ou seja, o objetivo do estudo era de chamar a atenção da instituição católica *Misereor* sobre a fragilidade da população de Itapiranga e da ameaça de "ideologias extremistas" presentes no Brasil no início da década de 1960, o que nos é um elemento novo e que merece uma nova análise pela sua amplitude histórica.

Como complemento do estudo apresentado pelo Relatório, baseado nas potencialidades e deficiências da região, são elencadas propostas de execução de projetos visando o desenvolvimento socioeconômico de Itapiranga. São discriminadas diversas possibilidades e áreas de investimento, como na educação e na saúde pública, no setor de transportes, das comunicações e da energia elétrica. No entanto, o que nos interessa para o momento são as propostas de melhoramento com objetivos econômicos apresentados pelo estudo.

Como a atividade agrícola era desempenhada pela grande maioria da população no período, o estudo elencou algumas necessidades para o desenvolvimento do setor. Um dos aspectos destacados é o número de propriedades agrícolas por superfície. Conforme o Relatório, das 1.824 propriedades rurais cadastradas, 46,6% eram minifúndios com uma área menor que 20 hectares. Acerca disso, o texto chama a atenção para o fato de que no primeiro ano de colonização de Itapiranga o menor lote vendido era de 24

hectares. *"É assustador o desmembramento, resultando com 46,6% das propriedades em minifúndios com menos de 20 hectares."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 28)

Essa conclusão reforça nossa tese de que na década de 1950 a colonização estava enfrentando uma grave crise fundiária, afetando diretamente o sistema de herança e sucessão familiar. Com a diminuição da superfície da maioria das propriedades, fruto do processo de divisão histórica entre os filhos que alcançavam a maturidade, menos jovens passaram a ter acesso a uma propriedade de superfície necessária para desenvolver a agricultura.

Outro aspecto abordado pelo Relatório reflete o rendimento mensal das famílias dos agricultores no início da década de 1960. Conforme os dados apresentados, o rendimento médio per capita era de Cr$ 5.268,00 mensais. Esse rendimento era considerado muito baixo para o período se comparado ao salário mínimo brasileiro, que no ano de 1961 era de Cr$ 13.440,00.

Em relação à atividade agrícola, constatamos que as principais culturas praticadas em Itapiranga no início da década de 1960 era o milho, mandioca, soja, feijão e fumo. As deficiências apontadas pelo Relatório em relação a essas atividades eram o baixo rendimento por área, inexistência de sementes de variedades selecionadas e garantidas, técnicas culturais rudimentares, doenças e pragas, ausência de medidas de conservação do solo e do combate à erosão, falta do tratamento do adubo orgânico e ausência de uma rotação racional de culturas.

Em relação à criação de animais, o estudo destaca a suinocultura, com nítido caráter de monocultura, participando com 73% da renda bruta no ano de 1961. Como maiores deficiências da suinocultura, o estudo destaca a baixa reprodução das porcas, alta relação de varões, criação de raças para produção de banha considerando a raça Duroc-Jersey não mais adequada com respeito à atual procura de carne, falta de melhoramentos zootécnicos, alimentação irracional, precário estado de higiene e sanidade, alto grau de verminose com constante perigo de contaminação de crianças e até adultos, localização e tamanho errados dos chiqueiros, grande mortalidade dos leitões.

Ou seja, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga considerou que a prática da suinocultura no ano de 1961 estava extremamente atrasada e pouco rentável. Essa realidade se estendia, conforme o estudo, também a outras atividades como a bovinocultura de leite, apontando para algumas características gerais da atividade no período, como a absoluta falta de orientação ao ruralista, desconhecimento das técnicas e métodos modernos, falta de conhecimento de diagnose, prevenção e tratamento das doenças mais comuns dos animais.

É preciso destacar que nas décadas de 1950 e 1960 era muito intensa a discussão quanto à produtividade da agricultura brasileira. As políticas econômicas para esse setor e as instituições de fomento vislumbravam a necessidade de o Brasil adotar um modelo produtivo baseado em outras realidades econômicas de países com outros níveis de desenvolvimento. Então, se o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontava um determinado nível de atraso da agricultura local, temos de ter o cuidado de

não legitimar um discurso que buscava implantar um novo modelo econômico não só na região, mas no Brasil.

Como solução das deficiências detectadas na agricultura regional, principalmente no que tange à geração de renda, o estudo aponta a necessidade de se implantar o processo de industrialização da matéria prima produzida. Conforme o Relatório, a estrutura econômica e social, a situação geográfica e de transportes, as condições climáticas e a conjuntura dos mercados nacionais e internacionais predestinam a evolução regional da agropecuária em duas atividades principais: a suinocultura e os laticínios.

Quanto ao potencial da suinocultura, o Relatório sugere a fundação em Itapiranga de um matadouro-frigorífico. A conclusão é baseada na matéria prima produzida em larga escala na região. Conforme o estudo, no ano de 1961 o município de Itapiranga produziu 43.866 porcos para abate, dos quais foram exportados 3.294.120 kg de carne. A exportação de banha de fraca qualidade foi da ordem de 61.333 kg. Com base nesses dados e na disponibilidade de matéria prima na região próxima a Itapiranga, o estudo previu um abate diário de 250 porcos, o que por si só, já justificaria a instalação de um frigorífico (FRANZEN, 2014). Conforme o Relatório,

> Precisamos salientar, com respeito à matéria prima, a necessidade da melhoria das raças atualmente criadas, o que se procederá também em consequência dos melhores preços pagos por porcos de melhor aproveitamento. A tendência é de baixa na procura mundial da banha, substituindo-a por gordura de origem vegetal, mais sadia para o organismo humano. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 36)

Foi sugerida a substituição de suínos que produzem muita banha por raças mais produtoras de carne, como a Duroc-Jersey, cruzada com Landrasse e Berkshire. Essa conclusão é fundamentada na potencial capacidade do frigorífico em produzir produtos de maior valor de comercialização, como o presunto, defumados e outros embutidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar ao longo do texto os discursos veiculados em Itapiranga acerca das questões da modernização da agricultura e do progresso econômico do município em decorrência do processo de emancipação de 1954. Os discursos analisados foram detectados na imprensa local, nas manifestações da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e no Relatório de Desenvolvimento Econômico.

De maneira geral o alvo desses discursos eram as deficiências do município em relação a questões produtivas e de infraestrutura, mas principalmente, os agricultores e o espaço rural do município. São consistentes os indícios nas fontes consultadas de que o meio rural e os sujeitos que nele viviam representavam um dos empecilhos no processo de desenvolvimento local. Entendemos que esse discurso se alicerçava numa perspectiva local de sujeitos sociais interessados no desenvolvimento do município, bem como, representou uma reprodução de um discurso adotado em nível de Brasil em relação à modernização e integração do espaço rural ao ideal desenvolvimentista característico do período.

Entendemos que esse discurso progressista e desenvolvimentista foi um dos alicerces para a reestruturação da estrutura agrícola de Itapiranga, condicionando o setor a adotar novas perspectivas de produção e, principalmente, na perspectiva de formar um novo sujeito agrícola. Para o que o texto pretendia, de analisar os discursos, podemos considerar de que esse processo ocasionou mudanças estruturais consideráveis nos sujeitos agrícolas, consequências que foram sentidas em décadas subsequentes, dentre as quais destacamos o êxodo rural decorrente do processo excludente dos meios de produção modernos, da crise de identidade do sujeito agrícola afetada pelo discurso violento de "atraso" e de "ignorância".

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: ***Campo-Território:*** Revista de Geografia Agrária. v. 1, nº 2, pp.123.151, ago. 2006.

BOTH, João Albino. ***Oeste em Marcha.*** Cultura e técnica que nos servem de exemplo. Itapiranga, 31 de Março de 1963, p. 2.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org). **A questão agrária.** Tradução de Edgar Malagodi, Sandra Brizolla e José Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

EIDT, Paulino. **Porto Novo:** da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Frigorífico Safrita de Itapiranga:** um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAHN, Mauro. **Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC).**121 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

HOPPE, Steffan. **Da fronteira agrícola à agroindustrialização:** o caso de São João do Oeste. 141 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2009.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo.** São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Itapiranga vive uma encruzilhada histórica.** Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 1.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Informa da Comude.** Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, n.º 76, p. 1.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. Itapiranga**, 31 de Dezembro de 1962, nº 84, p. 1.

KEGLEWICH, Gabriel. **Itapiranga em Marcha.** Em elaboração o plano de desenvolvimento econômico do Município de Itapiranga. 15 de Fevereiro de 1962, nº 63, p. 1.

LENZ, Heinrich. **Itapiranga em Marcha**. Wir bauen unser Sclachthaus. Itapiranga, 31 de Agosto de 1961, nº 52, p. 4.

OESTE EM MARCHA. **Comude.** Itapiranga, 18 de Novembro de 1963, Itapiranga, nº 122, p. 1.

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. Os ciclos da economia brasileira. In: **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, ano 7, n º 11, pp. 63-90, 1989.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Cadernos de Desenvolvimento,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, pp.121-141, jul.-dez. 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. In: **Revista História, Debates e Tendências.** Passo Fundo, v. 1, n. 1. pp. 15-22, 1999.

REIS, Vítor. **Oeste em Marcha**. Itapiranga, constrói a sua Sociedade. Itapiranga, 22 de Junho de 1963, nº 101, p. 1.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA. São Paulo: Agro e Hidrotécnica S.A. Itapiranga, 1962. (Mimeo)

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.**Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro:** a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SCHWENGBER, Guido. **Clarinadas.** Itapiranga e o desenvolvimento agrícola. Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista História em Reflexão.** v. 4, nº 8, pp. 1-11, jul/dez 2010.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada:**A emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclee. 2000

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família:** ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 398 f. Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Campinas, 1998.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão:** congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. 224 f. Florianópolis: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; (et. al) (Orgs). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Recebido: 9/3/2017

Aceito: 21/6/2017